

SEÇÃO VIII

Mercado de Trabalho

Sumário

Os dados mais recentes mostram que, apesar de alguns indicativos de uma dinâmica recente mais favorável (com geração de empregos apesar dos indicadores ruins de atividade econômica), o mercado de trabalho brasileiro segue bastante deteriorado, permeado por altos contingentes de desocupados, desalentados e subocupados. No que diz respeito à desocupação, nota-se que vem crescendo o número de desempregados que estão nesta situação há mais de dois anos. Se, no primeiro trimestre de 2015, 17,4% dos desocupados estavam nessa situação, no mesmo período de 2019, essa porcentagem avançou para 24,8%, o que corresponde a 3,3 milhões de pessoas. A desagregação dessas informações, feita com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, mostra que, no primeiro trimestre de 2019, a proporção de desempregados há mais de dois anos era maior entre as mulheres (28,8%), entre os adultos com mais de 40 anos (27,3%) e entre os trabalhadores com ensino médio completo (27,4%). Entretanto a análise dinâmica dos dados revela que, na comparação com o primeiro trimestre de 2015, os grupos que apresentaram maior incremento nas suas populações desocupadas há mais de dois anos foram os homens, os trabalhadores mais jovens e os com ensino médio completo, cujas proporções saltaram de 11,3%, 15% e 18,5%, respectivamente, para 20,3%, 23,6% e 27,4%, no período em questão. No caso dos trabalhadores mais jovens, esse resultado acaba por corroborar um cenário de emprego ainda mais adverso, que combina desemprego elevado (27,3%), baixo crescimento da ocupação (0,4%) e queda de rendimento real (-0,8%).

Em linha com este cenário de desemprego persistente e elevado, a PNAD Contínua mostra que a proporção dos domicílios sem renda do trabalho voltou a crescer, passando de 22,2%, no último trimestre de 2018, para 22,7%, no primeiro trimestre de 2019. Em relação aos demais domicílios, os dados desagregados de rendimentos (deflacionados pelo Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda) indicam que, no primeiro trimestre de 2019, a desigualdade salarial entre os segmentos pesquisados recuou, ainda que de forma modesta e possibilitada pelo maior aumento da renda das faixas intermediárias, tendo em vista que a disparidade entre os extremos de renda não diminuiu. De fato, enquanto a faixa de renda domiciliar muito baixa e baixa apresentaram taxas de crescimento interanual de 0,10% e 0,44%, respectivamente, a faixa de renda domiciliar mais alta registrou variação de 2,5%. Já as faixas de renda domiciliar média-baixa, média e média-alta apontaram incrementos de 2,4%, 5,3% e 3,0%, nesta ordem. A partir desses resultados, evidencia-se que a renda domiciliar da classe mais alta é cerca de trinta vezes maior que observada na faixa mais baixa.

Maria Andreia Parente Lameiras

Técnica de Planejamento e Pesquisa da
Diretoria de Estudos e Políticas
Macroeconômicas (Dimac) do Ipea.

maria-andreia.lameiras@ipea.gov.br

Carlos Henrique L. Corseuil

Diretoria de Estudos e Políticas Sociais
(Disoc) do Ipea.

carlos.corseuil@ipea.gov.br

Lauro Roberto Albrecht Ramos

Diretoria de Estudos e Políticas Sociais
(Disoc) do Ipea.

lauro.ramos@ipea.gov.br

Sandro Sacchet de Carvalho

Técnico de Planejamento e Pesquisa da
Diretoria de Estudos e Políticas
Macroeconômicas (Dimac) do Ipea.

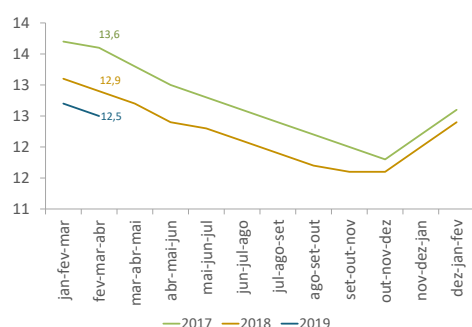
sandro.carvalho@ipea.gov.br

Para o restante do ano, a expectativa é de que essa trajetória de recuperação gradual da ocupação e da renda média se mantenha. Entretanto, uma queda mais expressiva da taxa de desemprego, das demais formas de subutilização e, conseqüentemente, da desigualdade só deve ocorrer ao longo de 2020, a partir de uma retomada mais forte do nível de atividade, que por sua vez está condicionada à aprovação da reforma previdenciária, no segundo semestre.

1 Aspectos gerais

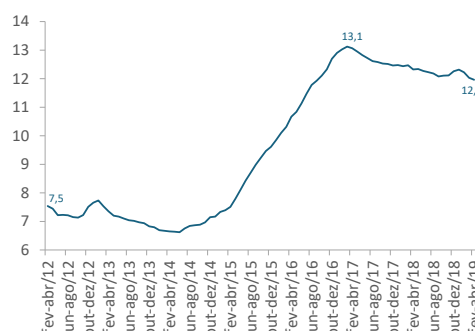
Embora ainda bastante deteriorado e com um grande contingente de desempregados, os dados mais recentes sinalizam uma dinâmica mais favorável para o mercado de trabalho brasileiro. De acordo com a PNAD Contínua, no trimestre móvel encerrado em abril, a taxa de desocupação ficou em 12,5%, recuando 0,4 p.p. na comparação com o mesmo período do ano anterior (gráfico 1). Em relação aos trimestres imediatamente anteriores, os dados dessazonalizados mostram que o desemprego vem mantendo uma trajetória de leve redução, com taxa de 12% no período fevereiro-março-abril de 2019 (gráfico 2).

GRÁFICO 1
Taxa de desocupação
(Em %)



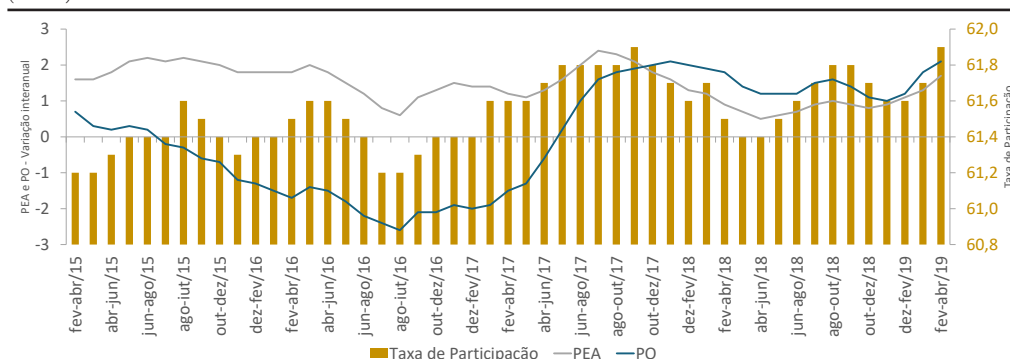
Fonte: IBGE/Pnad
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 2
Taxa de desocupação dessazonalizada
(Em %)



Fonte: IBGE/Pnad
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 3
Taxa de participação, PEA e PO
(Em %)



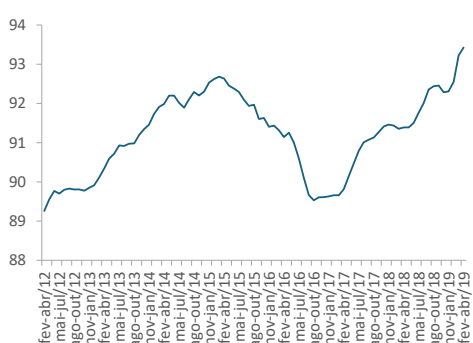
Fonte: IBGE/Pnad
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Nos últimos meses, parte dessa resiliência à queda da taxa de desemprego está ligada ao comportamento da força de trabalho, cujo crescimento interanual de 1,7%, no último trimestre móvel, encerrado em abril, manteve-se bem acima dos registrados nos períodos anteriores (cerca de 1,0% em média), contrabalançando o bom desempenho da ocupação, com alta interanual de 2,1% (gráfico 3). Adicionalmente a esse incremento quantitativo da ocupação, os dados mostram que vem melhorando a qualidade do emprego. Assim como já ocorre no Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED) há alguns meses, a PNAD Contínua mostrou que, apesar de o aumento da ocupação ainda se dar majoritariamente no mercado informal (trabalhadores sem carteira e conta própria), houve uma expansão de 1,5% do contingente de trabalhadores com carteira assinada no setor privado, o que vem a ser o melhor resultado desde o trimestre móvel encerrado em novembro de 2014. Este maior dinamismo da ocupação nos últimos meses não apenas surpreende positivamente, dado o baixo nível de crescimento da economia brasileira, como também vem possibilitando uma expansão dos trabalhadores ocupados, cujo contingente já superou o observado nos períodos pré-crise (gráfico 4).

Essa dinâmica que combina aumentos da ocupação e da força de trabalho em patamares próximos vem impedindo uma queda mais acentuada da população desocupada, que somava 13,2 milhões no trimestre encerrado em abril. Adicionalmente, a longa duração da crise econômica pela qual passa o país não só mantém a taxa de desemprego elevada, como também vem aumentando o tempo de permanência no desemprego. De acordo com os microdados de transição da PNAD Contínua, antes de a crise econômica

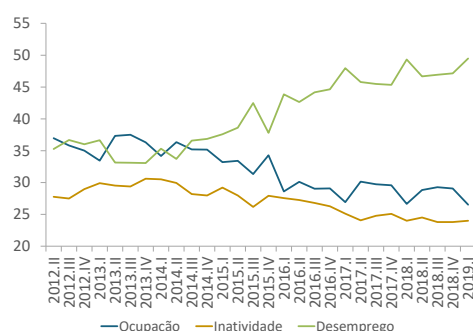
afetar o mercado de trabalho, em média 35% dos trabalhadores que iniciavam um trimestre desocupados se mantinham nessa situação até o fim do período. No entanto, com o agravamento da situação ao longo dos três últimos anos, essa porcentagem veio acelerando de tal modo que, no primeiro trimestre de 2019, chegou a 49,5% (gráfico 5). Adicionalmente, a pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) também mostra que vem crescendo o número de desocupados que se mantém nesta situação há mais de dois anos.

GRÁFICO 4
PNDC - população ocupada dessazonalizada
(Em %)



Fonte: IBGE/Pnadc
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 5
Transição dos trabalhadores desocupados
(Em %)



Fonte: IBGE/Pnadc
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

BOX 1

O desemprego de longo prazo no Brasil

Nos últimos quatro anos, a parcela de desempregados que está nessa condição há pelo menos dois anos vem crescendo num ritmo preocupante. Essa parcela, que era de 17,4% no primeiro trimestre de 2015, passou a registrar 24,8% no primeiro trimestre de 2019. Estamos falando, portanto, de um contingente de 3,319 milhões de pessoas que insistem sem sucesso na busca por uma ocupação.

O gráfico deste box mostra a parcela de desempregados nessa condição há pelo menos dois anos para diversos grupos definidos por características individuais. Essa parcela é maior que a média nacional (representada pela barra horizontal) para mulheres, para adultos com mais de 40 anos de idade,¹ e para indivíduos com nível educacional igual ou superior ao ensino médio completo. Entre esses grupos, chama atenção a parcela de 28,8% de mulheres desempregadas que estão nessa condição há pelo menos dois anos, vis-à-vis uma porcentagem análoga de 20,3% para os homens.

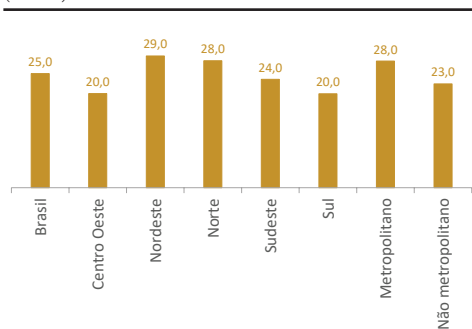
O gráfico também mostra a parcela de desempregados nessa condição há pelo menos dois anos para grupos definidos no plano regional. As grandes regiões do Norte e Nordeste apresentam parcelas maiores que a média nacional de desempregados nessa condição há pelo menos dois anos, com 28,6% e 27,6% respectivamente. Essas porcentagens contrastam com os 20% registrados para a região Centro-Oeste. Se considerarmos a dicotomia entre regiões metropolitanas ou não metropolitanas, há uma parcela maior de desempregados há pelo menos dois anos no primeiro grupo (27,5% contra 22,6%).

Além da caracterização estática, é importante ter uma noção de como está crescendo, nos grupos, a parcela de desempregados nessa condição há pelo menos dois anos. O crescimento dessa parcela no Brasil foi de 42,4% entre os primeiros trimestres de 2015 e 2019. O gráfico neste box revela que essa taxa de crescimento foi superada em larga escala pela registrada entre os homens (79,3%), e a registrada entre os jovens (56,6%).

GRÁFICO BOX 1.1

Desempregados que buscam emprego há 2 anos ou mais em 2019

(Em %)

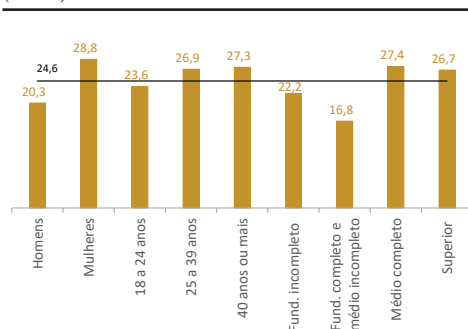


Elaboração: Grupo de Conjuntura/Dimac/Ipea.

GRÁFICO BOX 1.2

Desempregados que buscam emprego há 2 anos ou mais em 2019

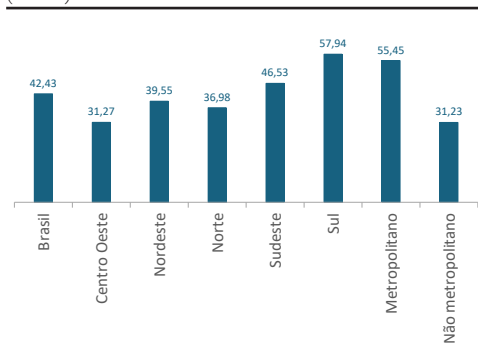
(Em %)



Elaboração: Grupo de Conjuntura/Dimac/Ipea.

1. Há que se atentar para um efeito quase mecânico que pressiona para baixo os percentuais dos jovens. É de se esperar que uma parcela expressiva dos jovens em geral, e dos jovens desempregados em particular, tenha ingressado no mercado de trabalho há menos de dois anos.

GRÁFICO BOX 1.3
Taxa de crescimento 2015-2019
(Em %)



Elaboração: Grupo de Conjuntura/Dimac/Ipea.

GRÁFICO BOX 1.4
Taxa de crescimento 2015-2019
(Em %)



Elaboração: Grupo de Conjuntura/Dimac/Ipea.

Em ambos os casos, a parcela de desempregados nessa condição há pelo menos dois anos era muito baixa em 2015, de forma que, em 2019, essa parcela se manteve abaixo da média. No entanto, a situação dos jovens inspira atenção, dadas as evidências disponíveis na literatura sobre o prejuízo que uma passagem pelo desemprego no início da carreira profissional traz para sua trajetória mesmo no médio e longo prazo.²

No plano regional, o gráfico reporta taxas de crescimento preocupantes para a parcela de desempregados nessa condição há pelo menos dois anos nas regiões metropolitanas (55,4%), e na região Sul (57,9%) do país.

Há que se relevar a importância das altas taxas de crescimento mencionadas para a região Sul. Nessa região, a parcela de desempregados há mais de dois anos era muito baixa em 2015, de forma que, em 2019 se manteve abaixo da média.

Considerando esse conjunto de evidências, os casos que inspiram uma maior atenção se referem a desempregados há mais de dois anos entre os jovens, pelo motivo já exposto, e nas regiões metropolitanas pelo maior peso desse recorte regional para a economia brasileira.

2 Análise dos dados desagregados e de transição

A análise desagregada dos dados da PNAD Contínua trimestral mostra que, no primeiro trimestre de 2019, houve um recuo do desemprego em praticamente todos os segmentos pesquisados na comparação interanual (tabela 1). Na abertura regional, nota-se que, embora o desemprego no Nordeste (15,3%) seja o maior entre todas as regiões, este foi o que mais recuou na comparação com o primeiro trimestre de 2018, tanto em termos absolutos (-0,6 p.p.), quanto relativos (-4%), repercutindo, sobretudo, a queda da desocupação no Ceará, Alagoas e Sergipe (apêndice). Assim como o Nordeste, as regiões Sudeste e Sul também registraram queda nas suas taxas de desemprego, passando de 13,8% e 8,4%, em 2018, para

2. Esse fenômeno é conhecido por “efeito cicatriz” (do original em inglês: *scarring effect*).

13,2% e 8,1%, em 2019, respectivamente. Em sentido contrário, houve aumento da desocupação nas regiões Norte (0,4 p.p.) e Centro-Oeste (0,3 p.p.), com destaque negativo para Roraima e Acre, cujas taxas de desemprego avançaram de 10,3% e 14,4%, no primeiro trimestre de 2018 para 15% e 18%, em 2019.

O corte por gênero revela que, embora tenha ocorrido queda da desocupação nos dois segmentos, esta foi mais intensa entre os homens, cuja taxa caiu de 11,6% para 10,9%, enquanto a das mulheres manteve-se praticamente estável (14,9%). Também houve recuo do desemprego dos chefes (0,2 p.p.) e dos não chefes de família (0,5 p.p.). No caso das regiões, a desocupação caiu 0,4 pp, tanto nas regiões metropolitanas quanto nas não metropolitanas.

TABELA 1

Taxa de desemprego

(Em %)

	2017				2018				2019
	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.
Brasil	13,8	13,0	12,4	11,8	13,1	12,4	11,9	11,6	12,7
Centro Oeste	12,1	10,6	9,7	9,4	10,5	9,5	8,9	8,5	10,8
Nordeste	16,3	15,9	14,8	13,8	15,9	14,8	14,4	14,4	15,3
Norte	14,2	12,5	12,2	11,3	12,7	12,1	11,5	11,7	13,1
Sudeste	14,2	13,6	13,2	12,6	13,8	13,2	12,5	12,1	13,2
Sul	9,3	8,4	7,9	7,7	8,4	8,2	7,9	7,3	8,1
Masculino	12,2	11,5	11,0	10,5	11,6	11,0	10,5	10,1	10,9
Feminino	15,8	14,9	14,2	13,4	15,0	14,2	13,6	13,5	14,9
18 a 24 anos	28,7	27,3	26,5	25,3	28,1	26,6	25,8	25,2	27,3
25 a 39 anos	12,8	12,0	11,3	10,8	11,9	11,5	11,0	10,7	11,9
40 a 59 anos	7,9	7,6	7,4	7,0	7,8	7,5	6,9	6,9	7,5
Mais de 60 anos	4,6	4,5	4,3	4,2	4,6	4,4	4,5	4,0	4,5
Não de Chefe Família	18,1	17,1	16,4	15,3	17,2	16,3	15,6	15,3	16,6
Chefe de Família	8,4	7,9	7,6	7,4	8,1	7,8	7,3	7,1	7,9
Fundamental Incompleto	12,3	12,0	11,4	10,9	12,0	11,4	11,0	11,0	11,3
Fundamental Completo	15,2	15,0	14,8	13,6	14,8	13,8	13,5	13,5	13,9
Médio Incompleto	24,2	21,8	21,0	20,4	22,0	21,1	20,9	19,7	22,1
Médio Completo	15,5	14,6	14,0	13,0	14,9	14,0	13,2	12,8	14,6
Superior	9,2	8,3	7,9	7,8	8,7	8,4	7,8	7,5	8,6
Região Metropolitana	14,9	14,7	14,1	13,7	14,7	14,4	13,8	13,3	14,3
Não Região Metropolitana	12,9	11,7	11,2	10,3	11,9	10,9	10,4	10,3	11,5

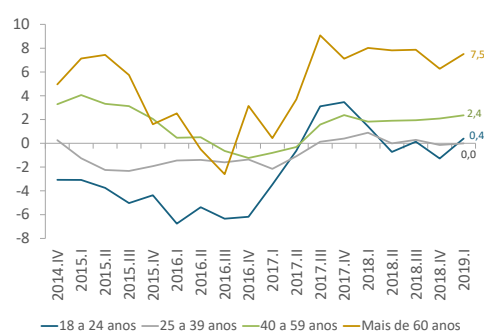
Fonte: IBGE/Pnad.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac)/Ipea.

Os dados desagregados por idade apontam que, ainda que a maior queda do desemprego tenha acontecido no subgrupo de trabalhadores com idade ente 18 e 24 anos, esse segmento não apenas continua tendo a maior taxa entre todas as faixas etárias (27,3%), como também indica que esse movimento de recuo do desemprego vem ocorrendo muito mais por uma retração da população economicamente ativa

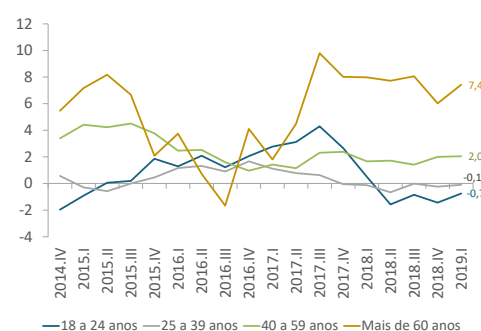
(PEA) (gráfico 6) do que por uma expansão da ocupação (gráfico 7). De fato, na comparação interanual, a força de trabalho dos mais jovens recuou 0,7%, enquanto a ocupação avançou 0,4%. Em contrapartida, observa-se que, apesar de apontar leve recuo (0,1 p.p.) em sua taxa de desemprego, o contingente de trabalhadores ocupados com mais de 60 anos continua registrando altas interanuais significativas. No primeiro trimestre de 2019, a ocupação deste segmento aumentou 7,5%, mas teve seus efeitos sobre a desocupação praticamente anulados devido à elevação de 7,4% da sua força de trabalho. Nas duas demais faixas etárias, os resultados mostram que, enquanto a desocupação dos trabalhadores com idade entre 25 e 39 anos manteve-se estável em 11,9%, a da população de 40 a 59 anos desacelerou de 7,8% para 7,5%, entre 2018 e 2019. Os microdados de transição extraídos da PNAD Contínua mostram que, no primeiro trimestre de 2019, as trajetórias ratificam um comportamento que vem se estabilizando ao longo do tempo, marcado por uma situação menos favorável dos jovens no mercado de trabalho, tendo em vista que essa parcela da população ainda é a que possui a menor probabilidade de ser contratada (gráfico 8), além de ter a maior chance de ser demitida (gráfico 9).

GRÁFICO 6
População Ocupada - por faixa etária
(Variação interanual, em %)



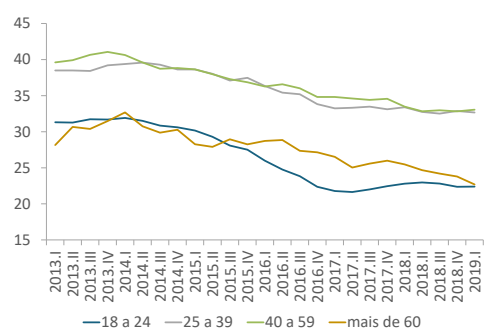
Fonte: IBGE/PnadC
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 7
População Economicamente Ativa - por faixa etária
(Variação interanual, em %)



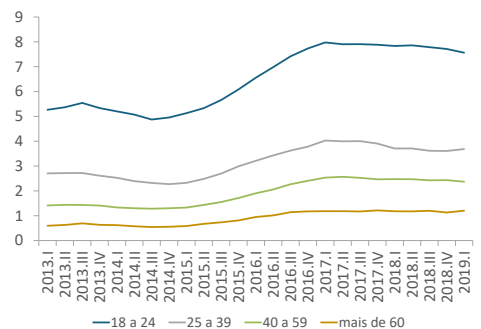
Fonte: IBGE/PnadC
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 8
Proporção de desocupados que transitaram para a ocupação - por faixa etária
(Em %)



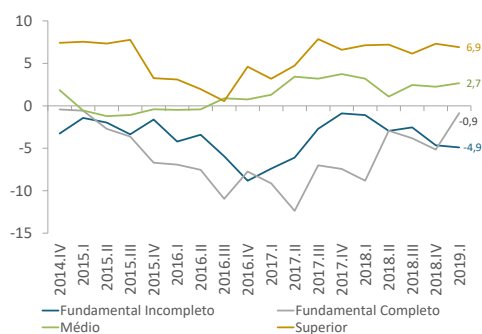
Fonte: IBGE/PnadC
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 9
Proporção de ocupados que transitaram para o desemprego - por faixa etária
(Em %)



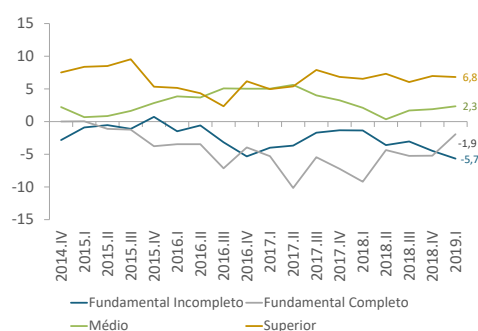
Fonte: IBGE/PnadC
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 10
População ocupada - Por grau de instrução
(Variação interanual, em %)



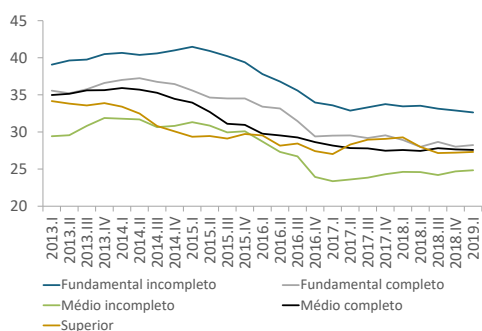
Fonte: IBGE/PnadC
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 11
População economicamente ativa - Por grau de instrução
(Variação interanual, em %)



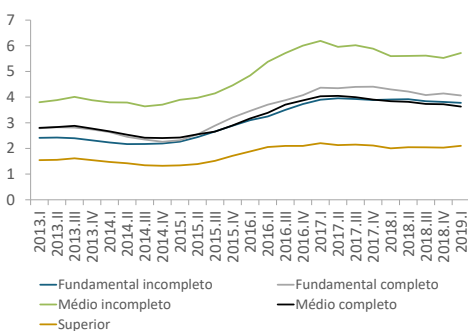
Fonte: IBGE/PnadC
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 12
Proporção de desocupados que transitaram para a ocupação - Por grau de instrução
(Média móvel de quatro trimestres, em %)



Fonte: IBGE/PnadC
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 13
Proporção de ocupados que transitaram para o desemprego - Por grau de instrução
(Média móvel de quatro trimestres, em %)



Fonte: IBGE/PnadC
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Por fim, a abertura por grau de escolaridade indica que a maioria dos segmentos registraram desaceleração da taxa de desemprego no primeiro trimestre de 2019, sendo mais significativa nos estratos com instrução mais baixa. No caso dos trabalhadores com ensino fundamental incompleto ou completo, o recuo da desocupação ocorreu exclusivamente por conta de uma retração da força de trabalho, tendo em vista que em ambos os casos houve queda da ocupação (gráfico 10). Na comparação interanual, a PEA dos trabalhadores com ensino fundamental incompleto recuou 5,7% (gráfico 11), enquanto a população ocupada (PO) recuou 4,9%. Do mesmo modo para o grupo com ensino fundamental completo, a queda de 1,9% da PEA foi superior à apontada pela ocupação (-0,9%). Já os resultados para as faixas de maior escolaridade sinalizam que a ocupação vem se expandindo ao longo dos últimos trimestres, mas seus impactos sobre a desaceleração do desemprego acabam sendo atenuados por um incremento similar da força de trabalho. Em termos absolutos, enquanto a maior taxa de desemprego é a dos trabalhadores com ensino médio incompleto (22,1%), a menor é a do grupo

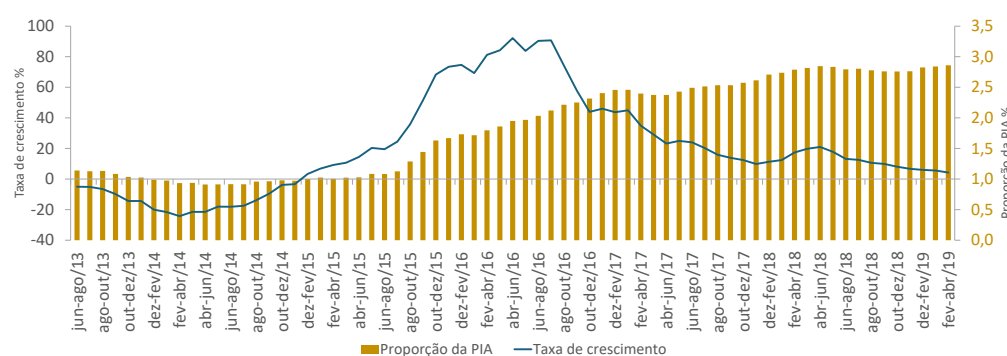
com ensino superior (8,6%). A análise dos microdados de transição mostra que, independentemente da escolaridade, a crise no mercado de trabalho gerou tanto uma queda na proporção de desempregados que conseguem obter um emprego quanto um aumento da parcela de ocupados que foram demitidos. No entanto, nota-se que, em ambos os casos, os trabalhadores com ensino médio incompleto formam o grupo que não apenas possui mais dificuldade de obter uma nova colocação (gráfico 12), como também o que mais chance tem de ser dispensado da sua ocupação (gráfico 13). Já no segmento com ensino superior, observa-se que, apesar de não ser o grupo com maior facilidade de voltar para a ocupação, esse conjunto de trabalhadores é o que possui a menor propensão ao desemprego.

Em que pese o fato de que a dinâmica da ocupação no último trimestre móvel tenha surpreendido favoravelmente, principalmente em face do baixo crescimento da economia brasileira, as condições do mercado de trabalho ainda se mostram bem desfavoráveis, combinando desemprego elevado e aumento do contingente de subocupados e desalentados. Com o acirramento da crise, a partir de 2015, o número de pessoas fora da força de trabalho por motivos associados ao desalento³ vem aumentando sistematicamente, ainda que, recentemente, se verifique uma leve desaceleração da sua taxa de crescimento interanual. No trimestre encerrado em abril, havia 4,88 milhões de desalentados no país, o que representa um aumento de 4,2% em relação ao observado no mesmo período do ano anterior. Em relação ao total da população em idade ativa (PIA), a parcela de desalentados vem se mantendo constante, porém em patamar elevado, próximos a 2,9% (gráfico 14).

GRÁFICO 14

Desalentados: taxa de crescimento interanual e proporção em relação à PIA

(Em %)



Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

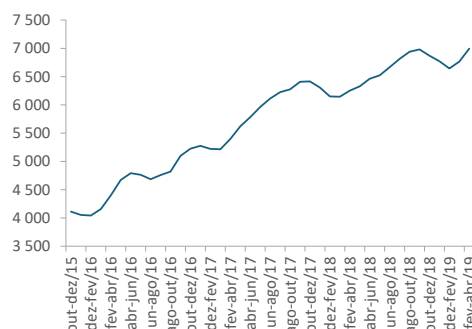
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Por fim, os dados também mostram uma expansão continuada da parcela de ocupados que trabalham menos de quarenta horas semanais, mas que estão disponíveis e/ou gostariam de trabalhar mais, o que vem gerando um aumento da subocupação por insuficiência de horas trabalhadas. No encerramento do último trimestre móvel, em abril de 2019, aproximadamente 7 milhões de trabalhadores

3. Tal como o IBGE, consideramos como motivos associados ao desalento as seguintes categorias de respostas à pergunta sobre a razão de o indivíduo não ter buscado emprego na semana de referência: i) não conseguia trabalho adequado; ii) não tinha experiência profissional ou qualificação; iii) ser considerado muito jovem ou muito idoso; e iv) não havia trabalho na localidade.

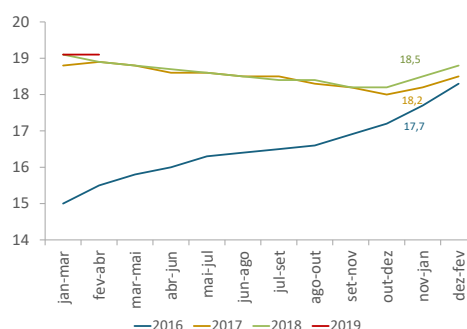
faziam parte desse contingente, ou seja, um incremento de quase 12% na comparação interanual (gráfico 15). Como consequência desse cenário, a taxa combinada de desocupação e subocupação apontou nova aceleração, atingindo 19,1%, em abril, 0,02 p.p. acima das observadas nos mesmos períodos de 2017 e 2018 (gráfico 16).

GRÁFICO 15
População subocupada por insuficiência de horas trabalhadas
(Em milhares de pessoas)



Fonte: IBGE/Pnadc
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 16
Taxa combinada de desocupação e subocupação por insuficiência de horas trabalhadas
(Em %)

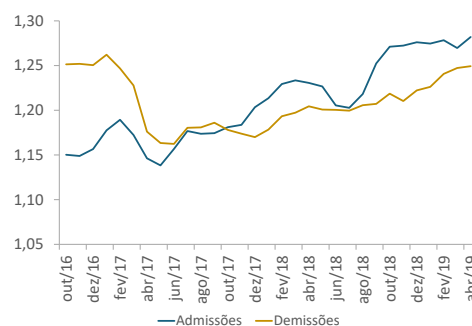


Fonte: IBGE/Pnadc
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

3 Grau de formalidade

A análise do comportamento da população ocupada desagregada por posição na ocupação mostra alguns sinais de alento para o emprego formal depois de um longo período de declínio, e o sinal mais evidente vem dos dados de admissões e desligamentos provenientes do CAGED. O gráfico 17 reporta a evolução dos fluxos dessazonalizados de contratação e desligamento – nele, é possível notar uma expansão da ocupação formal em 2018, que se intensifica nos últimos dois meses do ano e se mantém nos primeiros quatro meses de 2019. Essa expansão registrada no final de 2018 vinha ocorrendo, sobretudo, por um aumento maior do número de contratações vis-à-vis a quantidade de desligamentos. Em 2019 há uma acomodação no fluxo de contratações sem a mesma contrapartida no fluxo de desligamentos, resultando em um saldo relativamente menor, porém ainda positivo e de magnitude superior ao registrado no início de 2018.

GRÁFICO 17
Caged: fluxos mensais dessazonalizados – Média móvel trimestral
(Em mil unidades)



Fonte: IBGE/Pnadc
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

BOX 2

A criação de empregos parciais e intermitentes no mercado de trabalho brasileiro

Entre as diversas mudanças implementadas pela reforma trabalhista, a partir de novembro de 2017, duas medidas em especial têm como foco principal o aumento da geração de empregos formais no país: a adoção do contrato de trabalho intermitente e a alteração do contrato de trabalho parcial. No primeiro caso, a reforma possibilita que um trabalhador possa ser contratado e remunerado pelas horas ou diárias trabalhadas, fazendo jus a férias, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Previdência e 13º salário proporcionais. A legislação prevê ainda que o salário/hora a ser pago não pode ser inferior ao valor do salário mínimo por hora ou à remuneração dos demais empregados que exerçam a mesma função. No caso do trabalho parcial, as novas regras elevam a jornada máxima de 25 horas para 30 horas semanais, mantendo-se a proibição de horas extras ou até 26 horas, com máximo de 6 horas extras, a serem pagas com acréscimo de 50%. Dentro desse contexto e utilizando-se os dados do CAGED, este box tem por objetivo mensurar alguns dos efeitos iniciais da reforma trabalhista na geração de novas vagas de trabalho no mercado formal brasileiro, identificando o perfil desses empregos criados. Deve-se ressaltar, entretanto, que parte dos impactos esperados da reforma sobre a criação de empregos com carteira assinada provavelmente está sendo anulado pelo baixo dinamismo da economia brasileira, o que vem impedindo uma recuperação mais intensa do emprego no país, independentemente da forma de contratação.

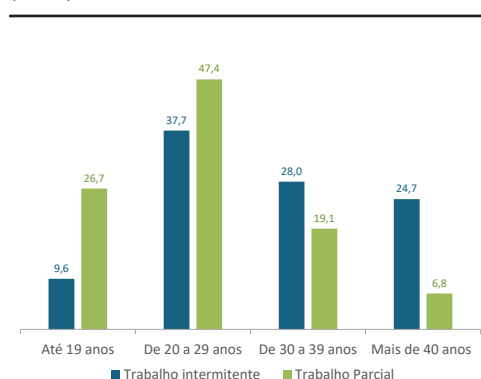
Segundo o Caged, de novembro de 2017 a abril de 2019, foram abertas 507.140 ⁴novas vagas de trabalho, das quais 58.630 foram contratos de trabalho intermitente e 19.765 de trabalho parcial. Ou seja, juntas, estas duas modalidades foram responsáveis por 15,5% do total de empregos com carteira gerados no país. Na desagregação dos dados, observa-se que, de uma maneira geral, essas vagas de trabalho intermitente e parcial não possuem padrões muito divergentes. Inicialmente, destaca-se que, em termos setoriais, os dados de emprego parcial e intermitente seguem o perfil das demais vagas criadas pelo Caged, ou seja, geradas basicamente nos setores de serviços e comércio. No caso do trabalho intermitente, 49,2% do saldo de vagas criadas no período foram alocadas no setor de serviços – especialmente nos segmentos de alimentação e transportes – e 27,6% no comércio. Em relação aos contratos com jornada parcial, 56,8% foram gerados no setor de serviços, principalmente nos segmentos de educação e alimentação, e 29% no comércio. As estatísticas por gênero mostram que, enquanto a maioria das vagas de trabalho intermitentes foi destinada aos homens (63,6%), as mulheres formam a maior parcela dos empregados com contratos parciais (60,7%).

4. Saldos ajustados, incluindo as declarações fora do prazo.

Partindo-se para o corte etário, o gráfico do box mostra que, embora em ambos os casos, a maioria das novas vagas criadas foram preenchidas pelos trabalhadores com idade entre 20 e 29 anos, e para as demais faixas surgem algumas diferenças. Se, por um lado, os jovens de até 19 anos obtiveram apenas 9,6% dos empregos intermitentes gerados, por outro, eles respondem por 26,7% dos que conseguiram uma vaga de trabalho parcial. Por outro lado, os trabalhadores com mais de 50 anos correspondem a quase 25% dos contratados para empregos intermitentes e apenas 6,7% para os parciais. Dentro desta mesma perspectiva de comparação, os dados abertos por grau de instrução, expostos no gráfico a seguir, revelam que a grande maioria dos empregos intermitentes e parciais foi destinada a trabalhadores com ensino médio completo e, em menor proporção, aos com ensino superior.

GRÁFICO BOX 2.1

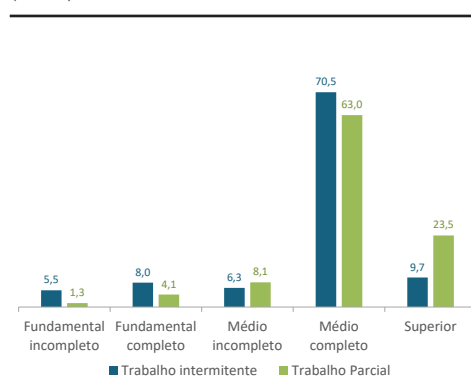
Participação dos trabalhadores por idade
(Em %)



Fonte: CAGED/ME.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO BOX 2.2

Participação dos trabalhadores por grau de instrução
(Em %)



Fonte: CAGED/ME.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Na desagregação por tamanho da firma, observa-se que a maior parcela de empregos intermitentes e parciais gerados está concentrada nas empresas de pequeno porte, com até 19 funcionários, segundo a tabela do box. Em relação às formas de admissão e desligamento, os empregos intermitentes e parciais seguem padrões semelhantes. Em relação aos contratos de trabalho intermitentes, tem-se que aproximadamente 92% do total foram destinados a admissões por reemprego e apenas 8% por primeiro emprego. No caso dos contratos parciais, embora a parcela destinada ao primeiro emprego seja um pouco maior (14,3%), ela ainda é bem inferior a relativa à admissão por reemprego (81,7%). No caso das demissões, as trajetórias são similares e revelam que a maior parte dos demitidos não possui justa causa. Por fim, os dados mostram que o salário real médio de admissão na modalidade de trabalho intermitente é maior que o de demissão, enquanto no trabalho parcial verifica-se o inverso.

TABELA BOX 2.1

CAGED – Perfil dos empregos gerados de Nov./17 a Abr/2019

(Em %)

	Trabalho	Trabalho
	Intermitente	Parcial
Tamanho da firma		
Até 19 empregados	42,6	45,0
De 20 a 99 empregados	24,8	17,2
De 100 a 249 empregados	14,7	12,9
Mais de 250 empregados	17,9	24,9
Tipo de Movimentação		
Admissão por reemprego	91,9	81,7
Admissão por 1º emprego	7,9	14,3
Demais	0,2	4,0
Demissão sem justa causa	48,8	51,3
Demissão com justa causa	0,5	0,9
Demissão a pedido	41,5	31,3
Demissão por acordo e demais	9,3	16,5
Salário médio		
Admissão	R\$ 973,80	R\$ 861,60
Demissão	R\$ 842,80	R\$ 965,60

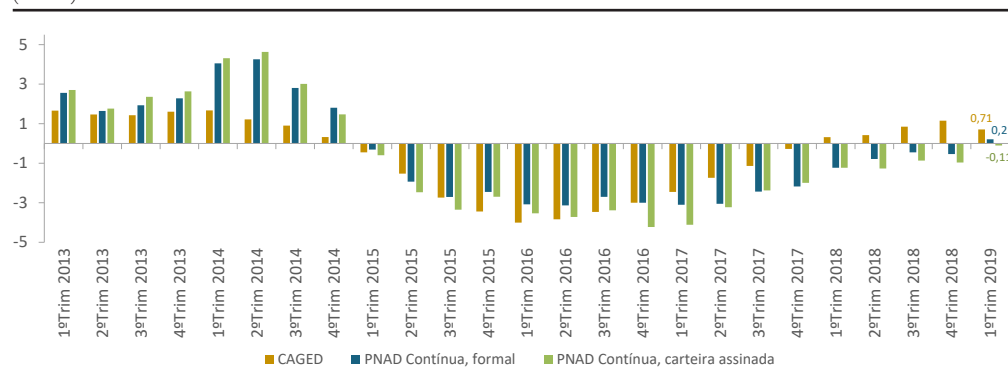
Fonte: CAGED/ME.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 18

Taxa anual de variação do número de empregados formais

(Em %)



Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

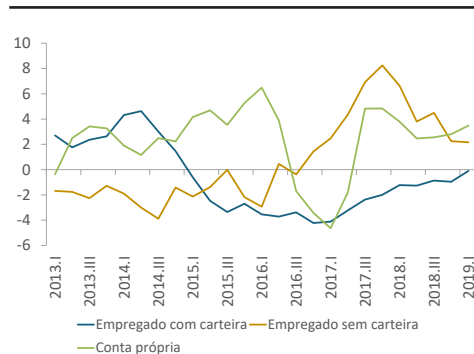
O segundo sinal de alento para o emprego formal vem das informações provenientes da PNAD Contínua. O gráfico 18 mostra que, enquanto os dados do CAGED já apontavam taxas de crescimento anuais positivas ao longo de 2018, isso não era confirmado pelos dados da PNAD Contínua. Esse panorama é parcialmente revertido no primeiro trimestre de 2019, quando já se vê uma taxa

de crescimento positiva para o emprego formal mensurado a partir da PNAD Contínua. No entanto, se filtrarmos os funcionários públicos e contabilizarmos a taxa de crescimento anual apenas dos trabalhadores com carteira assinada, a taxa de crescimento permanece negativa, porém com magnitude quase nula (-0,11%).



Um terceiro sinal de alento para o emprego formal é reportado no gráfico 19, que registra as taxas de crescimento interanual da população ocupada segundo a posição na ocupação. É possível ver comportamentos distintos nos últimos trimestres entre os grupos de empregados com e sem carteira. Por um lado, há uma queda na intensidade do crescimento interanual do emprego sem carteira assinada (emprego informal). A taxa de crescimento interanual desse tipo de emprego passa de 8,3% no quarto trimestre de 2017 para 2,2% no primeiro trimestre de 2019. No sentido inverso, a taxa interanual de crescimento do emprego com carteira vem crescendo nesse mesmo período, passando de -2% para -0,1%. Já a taxa de crescimento interanual da população ocupada por conta própria mostra oscilação nesse período.

GRÁFICO 19
Ocupação por tipo de vínculo – taxa de variação interanual (Em %)



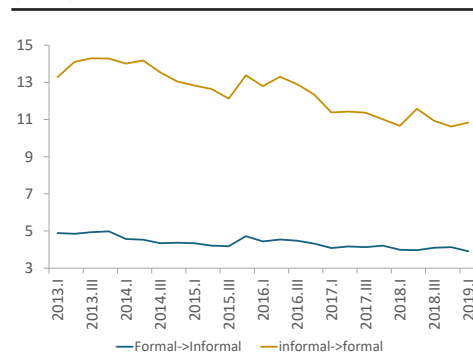
Fonte: Pnad Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Adicionalmente, as estatísticas de transição da PNAD Contínua também corroboram um padrão de melhora no emprego formal, principalmente frente ao emprego informal. O gráfico 20 aponta que no primeiro trimestre de 2019 houve um aumento na taxa com que os trabalhadores transitam do emprego informal para o emprego formal. Esse movimento chama atenção tanto por contrastar com uma tendência de queda nessa transição que perdurava desde 2014, como por contrastar também com o aspecto sazonal desse movimento que registra quedas sistemáticas nos primeiros trimestres dos demais anos compreendidos no gráfico.

O fluxo na direção contrária, do emprego formal para o informal, também registra um movimento na direção favorável ao emprego formal no primeiro trimestre de 2019. No entanto, não podemos descartar que se trata apenas da confirmação de um padrão sazonal, haja vista as quedas sistemáticas nos primeiros trimestres dos demais anos compreendidos no gráfico.

O gráfico 21 reporta um fato desfavorável para a dinâmica recente do emprego formal. Ao examinarmos os demais destinos possíveis para um trabalhador

GRÁFICO 20
Transições entre emprego formal e informal em ambas as direções (Em %)



Fonte: Pnad Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

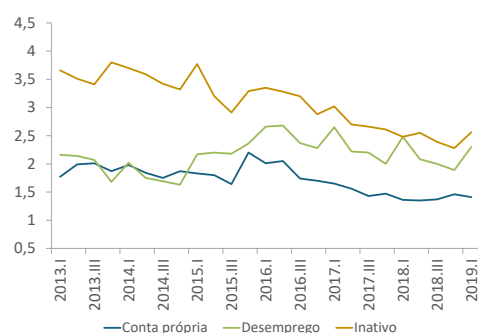
que deixa um emprego formal, há um aumento no primeiro trimestre de 2019 para as transições que têm como destino tanto o desemprego como a inatividade.



Em suma, os dados da PNAD Contínua indicam que os sinais positivos predominam para a dinâmica do emprego formal no primeiro trimestre de 2019. Partindo-se da constatação de que a evolução do emprego formal é o principal determinante da massa de contribuintes para a Previdência, é de se esperar um aumento desse contingente.⁵ O gráfico 22 confirma essa expectativa, mostrando que a participação de trabalhadores que contribuem para o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) voltou a subir, após consecutivas quedas registradas em 2018.

GRÁFICO 21

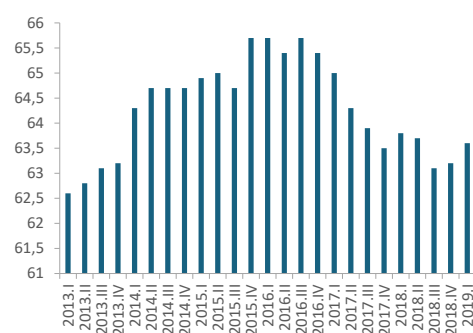
Transições de trabalhadores provenientes de empregos formais (Em %)



Fonte: Pnad Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 22

Ocupados que contribuem para a Previdência Social (Em %)



Fonte: Pnad Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

4 Emprego setorial

A tabela 2 traz uma análise do crescimento interanual da população ocupada por setor de atividade, de forma a auxiliar na compreensão do agregado desse indicador. A tabela é dividida em dois blocos – com segmentos ligados a serviços na parte de baixo, e os agregados dos demais setores na parte de cima. Há uma clara distinção nas magnitudes de crescimento do emprego entre esses dois blocos.

Todos os setores no bloco superior da tabela registram um crescimento na população ocupada no primeiro trimestre de 2019 inferior a 1%. Apesar da baixa magnitude é digno de nota o crescimento do emprego na indústria por reverter uma tendência de queda que vinha desde o 4º trimestre de 2017. O crescimento positivo registrado para o comércio também merece ser mencionado dado o peso desse setor no emprego total.

Por outro lado, com exceção dos serviços domésticos, todos os segmentos no bloco inferior da tabela registram taxas de crescimento interanual do emprego superiores a 3% no primeiro trimestre de 2019. Enquanto as taxas positivas de

5. Além do empregado com carteira, são computados também trabalhadores que contribuem voluntariamente na condição de sem carteira ou conta própria.

crescimento da população ocupada registrada no 1º trimestre de 2019 nos setores do bloco superior da tabela contrasta com a queda da população ocupada no 4º trimestre de 2018; o crescimento mais vigoroso no setor de serviços representa uma continuidade em relação ao 4º trimestre de 2018. Inclusive o destaque positivo para os subsetores de “Transporte e correios” e “Saúde e Educação”; ambos registrando 4,4% de crescimento interanual para a ocupação; também havia sido verificado para o 4º trimestre de 2018.

TABELA 2

População ocupada por setores

(Taxa de variação interanual, em %)

	2º Trim-17	3º Trim-17	4º Trim-17	1º Trim-18	2º Trim-18	3º Trim-18	4º Trim-18	1º Trim-19
Agricultura	-8,1	-4,4	-5,1	-2,3	-1,8	1,6	-0,1	0,1
Indústria de transformação	0,8	2,1	4,6	2,0	1,2	0,3	-1,2	0,7
Construção Civil	-9,2	-3,8	-1,9	-4,1	-2,5	-1,2	-1,7	-0,3
Comércio	0,0	2,4	1,2	1,5	-0,1	0,1	-0,5	0,7
Administração Pública	-3,1	-2,9	-0,6	1,6	0,4	-0,1	-0,6	0,8
Transporte e Correios	2,9	2,6	-1,0	2,3	0,6	-0,3	4,3	4,4
Alojamento e Alimentação	12,9	12,0	8,7	5,7	2,6	2,6	2,8	3,1
Intermediação financeira, imobiliária e serviços à empresas	1,4	5,1	4,2	1,3	0,9	1,1	2,1	4,1
Saúde e Educação	-0,4	2,0	2,7	3,8	5,2	4,7	5,5	4,4
Outros serviços	7,8	5,0	8,7	10,4	6,0	8,9	5,4	3,8
Serviços domésticos	-2,9	0,4	4,2	2,5	1,6	0,8	-2,1	-1,3

Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de conjuntura da Dimac/Ipea.

Na tabela 3, detalhamos o crescimento interanual da população ocupada de cada setor no primeiro trimestre de 2019 por tipo de vínculo. Novamente temos um padrão diferenciado entre as partes superior e inferior da tabela. Essa distinção se mostra mais evidente para o crescimento interanual dos empregados com carteira (primeira coluna). Para os segmentos ligados a serviços, ilustrados na parte inferior da tabela, há um leve predomínio de taxas positivas de crescimento interanual desse tipo de emprego. Para os demais setores agregados há uma clara predominância de taxas de crescimento interanual negativas, como pode ser visualizado na parte superior da tabela. Vale destacar as taxas negativas de crescimento interanual do emprego com carteira na indústria e no comércio, cujas taxas de crescimento do emprego agregado haviam sido positivas conforme comentado acima. No entanto a tabela 3 revela que o crescimento interanual positivo do emprego agregado nesses dois setores se deve ao crescimento registrado para as ocupações por conta própria.

TABELA 3

PNAD Contínua: População ocupada por setores e posição na ocupação (primeiro trimestre de 2019)

(Taxa de variação interanual, em %)

	Com Carteira	Sem Carteira	Conta-Própria
TOTAL	0,2	1,6	3,5
Agricultura	-1,7	0,5	-1,4
Indústria Transformação	-0,6	-1,8	4,7
Indústria Extrativa	1,4	15,3	26,8
SIUP	-0,6	-13,7	-3,6
Construção Civil	-0,7	0,6	-0,7
Comércio	-0,4	-0,7	2,3
Ind. Fin., Imobiliária e Serv. à empresas	0,9	9,1	11,3
Transporte	-2,6	2,1	13,7
Serviços Pessoais	1,2	3,6	5,0
Adm. Pública	1,5	-4,1	---
Saúde e Educação	3,1	7,0	8,1
Alojamento e Alimentação	-1,4	10,6	2,0
Serviços Domésticos	-4,9	-0,1	---

Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de conjuntura da Dimac/Ipea.

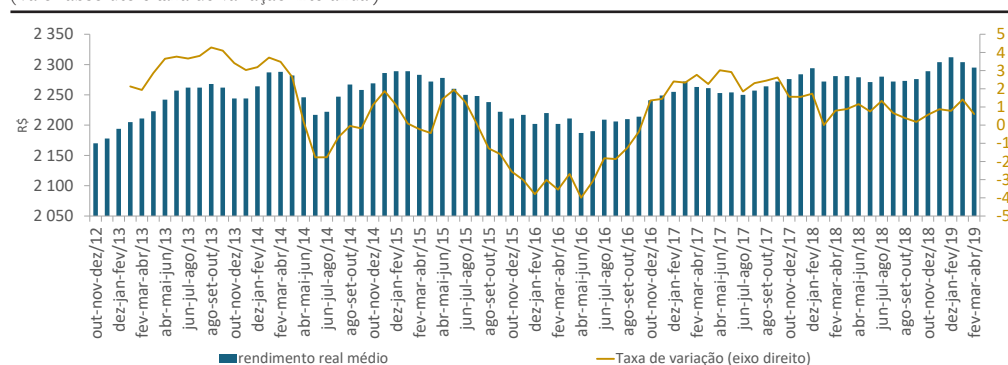
5 Rendimentos

Os rendimentos reais médios apresentaram um crescimento de 1,4% no primeiro trimestre de 2019, em comparação com o mesmo trimestre de 2018, e um aumento de 0,6% em relação ao trimestre anterior (quarto trimestre de 2018). Entretanto, de acordo com os dados da PNAD Contínua, no trimestre móvel encerrado em abril de 2019, o rendimento médio real habitualmente recebido registrou queda de 0,7% na comparação com o trimestre encerrado em fevereiro de 2019, tendo atingido o valor de R\$ 2.295, como mostra o gráfico 23.

GRÁFICO 23

PNAD Contínua –rendimento médio anual

(Valor absoluto e taxa de variação interanual)



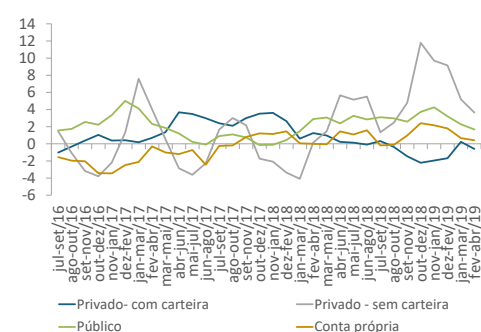
Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Na abertura por vínculo de ocupação, excluindo-se os empregadores, os dados da PNAD Contínua revelam que apenas o setor privado com carteira (-0,6%) apresentou queda real de rendimentos no último trimestre móvel encerrado em abril (gráfico 24). O destaque positivo ficou por conta do setor privado sem carteira (exclusive trabalhadores domésticos), cujos rendimentos apontaram elevação de 3,7%, apresentando elevação ainda maior nos meses anteriores. Em relação aos rendimentos dos trabalhadores por conta própria e do setor público, nota-se que apresentaram uma diminuição do crescimento interanual, mas a variação ainda permanece positiva: 1,7% no trimestre móvel terminado em abril de 2019 para o setor público e 0,4% para os que trabalham por conta própria.

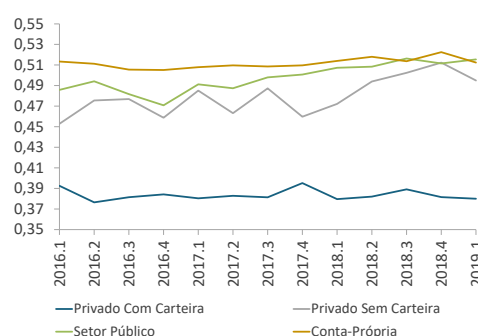
Boa parte do aumento mais expressivo no rendimento do trabalhador sem carteira é explicado pela crescente desigualdade entre os trabalhadores desse grupo (ver gráfico 24). Por exemplo, quando a renda média é calculada apenas com os empregados sem carteira que recebem menos de R\$ 20 mil, o crescimento interanual do rendimento médio no quarto trimestre de 2018 (pico do crescimento) foi de somente 2,4%. O índice de Gini restrito aos rendimentos do trabalho dos sem carteira saltou de cerca do 0,47 no início de 2018 para 0,51 ao final do mesmo ano.

GRÁFICO 24
PNAD Contínua – rendimento médio real – por tipo de vínculo
(Taxa de variação interanual, em %)



Fonte: Pnad Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 25
Indicadores de desigualdade do rendimento habitual de todos os trabalhos – por tipo de vínculo
(Índice de Gini)



Fonte: Pnad Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Na desagregação salarial por diferentes recortes, os microdados mostram que, de uma maneira geral, todos os segmentos apontam alta de rendimentos reais, exceto no caso do detalhamento por grau de instrução (tabela 4). Em termos regionais, no primeiro trimestre de 2019, as maiores expansões ocorreram no Nordeste e no Sul, com taxas de 1,4% e 3,6%, respectivamente. Destaque negativo foi, pelo segundo trimestre consecutivo, a região Norte, com queda de 2,3%. O corte por gênero revela que os rendimentos recebidos pelas mulheres continuam apresentando variação superior à registrada pelos homens.

O detalhamento por idade e grau de instrução indica que, pelo quinto trimestre consecutivo, os trabalhadores mais jovens e com ensino fundamental incompleto registram os piores resultados, com queda nos seus rendimentos reais. Ressalta-se

também que, sob a ótica do ensino, apenas os empregados com ensino fundamental completo apresentaram ganhos reais no primeiro trimestre de 2019. Em relação à idade, destaca-se ainda o melhor resultado dos rendimentos dos ocupados entre 25 e 39 anos, cuja taxa de expansão no último trimestre foi de 2,7%, seguida em menor intensidade pelos trabalhadores com mais de 60 anos, cujos salários aumentaram em 1, 2%, mantendo assim a tendência do trimestre anterior. Por fim, as estatísticas da PNAD Contínua mostram que os chefes de família tiveram sua renda estagnada no primeiro trimestre de 2019 e os empregados nas regiões metropolitanas obtiveram ganhos reais da ordem de 2%.

TABELA 4

PNAD Contínua: rendimento médio real por dados desagregados

(Taxa de variação interanual, em %)

	2017				2018				2019
	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.
Centro-oeste	2,5	2,4	1,4	3,5	2,7	1,0	0,6	0,6	0,6
Nordeste	3,6	4,6	3,5	4,2	1,6	1,6	3,2	1,4	1,4
Norte	2,6	1,8	4,8	5,6	2,9	0,9	0,0	-2,2	-2,3
Sudeste	-1,0	0,0	0,1	0,0	0,1	3,0	1,7	2,1	1,2
Sul	4,3	3,9	2,2	1,5	0,3	0,6	0,1	1,3	3,6
Masculino	1,1	2,5	2,2	2,6	1,7	2,6	1,0	1,0	0,5
Feminino	2,6	1,7	0,9	0,2	-0,4	1,5	2,3	2,5	3,2
18 a 24 anos	1,7	0,1	1,4	0,5	-1,2	-1,1	-2,7	-1,9	-0,8
25 a 39 anos	1,2	1,7	0,9	1,2	1,0	1,1	2,2	1,9	2,7
40 a 59 anos	0,8	2,0	2,1	2,1	0,6	2,4	0,2	0,7	0,1
60 anos ou mais	2,0	3,4	0,4	0,1	0,8	2,5	4,1	2,3	1,2
Não Chefe de Família	4,9	4,4	3,4	2,0	-0,6	2,0	1,1	1,5	3,1
Chefe de Família	-0,6	0,7	0,6	1,7	2,2	2,3	1,7	1,4	0,1
Fundamental incompleto	1,9	3,0	1,7	1,2	0,6	-0,9	-1,2	-2,1	-2,4
Fundamental completo	-0,9	0,6	-0,5	-0,1	-0,3	-1,4	-1,2	-0,4	1,2
Médio incompleto	3,6	2,4	3,8	5,0	3,2	0,7	0,2	-1,8	-0,4
Médio completo	0,3	-1,0	-2,3	-1,5	-1,5	0,0	0,2	0,3	-0,2
Superior	-0,9	0,5	0,1	0,9	-1,1	0,3	-0,2	-1,0	-0,5
Região Metropolitana	0,7	1,2	1,0	1,6	0,9	2,9	2,5	2,1	2,0
Não Região metropolitana	2,0	3,0	2,1	1,6	0,8	1,1	0,2	0,7	0,8

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Dentro desse contexto, o aumento dos rendimentos reais, apesar da menor intensidade, conjugado à elevação da população ocupada, vem possibilitando uma expansão continuada da massa salarial real. Na comparação interanual, os dados apontam que no último trimestre móvel, encerrado em abril, a massa de rendimentos real habitualmente recebida registra alta de 2,8%. Entretanto, é um aumento menos intenso do que vinha sendo observados nos trimestres anteriores (crescimento médio de 3,7% ao longo de 2018 e 3,3% no primeiro trimestre de 2019). Cabe ressaltar que a massa salarial tem sido sustentada principalmente pelos trabalhadores em empregos informais e por conta própria. Enquanto que o

crescimento da massa salarial interanual no primeiro trimestre de 2019 subiu 7,1% para os trabalhadores sem carteira e 4,6% para os trabalhadores por conta própria, a massa salarial dos trabalhadores formais (com carteira e funcionários públicos) subiu 1,9%.



6 Rendimento por faixa de renda e desigualdade salarial

Um indicador muito utilizado para inferir sobre o bem-estar dos trabalhadores é o seu rendimento. Para que a evolução do rendimento reflita a variação do poder de compra do trabalhador, costuma-se deflacionar os seus dados usando índices de preço ao consumidor que reflitam a variação do poder de compra. O Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda mostra que a evolução dos índices de preço pode variar por períodos consideráveis de tempo, quando se leva em consideração padrões distintos de consumo por faixa de renda. No apêndice, detalhamos as faixas de renda e a distribuição dos domicílios entre elas.

Na tabela 5 mostra-se o crescimento anual da renda domiciliar por faixa de renda. Os valores dos rendimentos médios individuais e domiciliares por faixa de renda são mostrados no apêndice. Nos últimos dois trimestres há um inédito crescimento do rendimento médio em todas as faixas. O destaque positivo fica por conta da faixa 4, em que o rendimento cresce a taxas próximas a 5% em ambos os trimestres. De forma geral, o desempenho nesses últimos trimestres nas faixas intermediárias de renda representa uma melhora frente ao registrado entre 2017 e boa parte de 2018. Já as faixas de renda mais baixa apresentaram uma relativa estagnação da renda nesse mesmo período, após registrarem um desempenho melhor entre 2017 e o início de 2018.

TABELA 5

PNAD Contínua: rendimento médio real domiciliar por faixa de renda

(Taxa de variação interanual, em % - deflator Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda)

Trimestre	faixa 1	faixa 2	faixa 3	faixa 4	faixa 5	faixa 6
2016.1	-3,78	0,35	0,50	-0,28	0,93	1,19
2016.2	-3,77	-0,54	1,13	-0,33	-0,37	-3,88
2016.3	-4,45	-3,24	-1,06	-0,23	0,11	-4,97
2016.4	-2,22	-1,56	0,29	1,14	0,68	-1,72
2017.1	-1,87	-1,52	-0,84	-1,32	-1,69	-4,03
2017.2	4,68	2,50	-0,73	-0,80	1,77	5,12
2017.3	5,89	2,92	-0,94	-0,40	1,87	8,92
2017.4	5,91	2,26	-0,89	-0,61	1,85	7,64
2018.1	5,33	3,32	-0,06	-0,39	1,34	7,05
2018.2	-0,32	0,09	0,59	0,04	-1,93	0,65
2018.3	-1,93	-1,37	-0,35	-0,23	-3,00	1,76
2018.4	0,27	0,45	2,13	4,94	2,32	0,82
2019.1	0,10	0,44	2,37	5,28	2,98	2,48

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

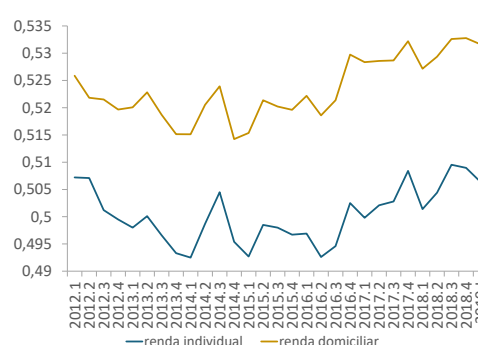
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Por fim, a faixa de renda alta foi a que apresentou os maiores aumentos da renda entre 2017 e 2018, o que evidencia o aumento da desigualdade mostrado no gráfico 33. Porém, assim como reportado para as rendas mais baixas, houve uma queda no ritmo de crescimento do rendimento na faixa de renda mais alta nos últimos dois trimestres.

O gráfico 26 revela a elevação do índice de Gini de forma acentuada desde 2016, tendo a desigualdade dos rendimentos do trabalho sido mais intensa quando considerada a renda domiciliar. Comparado ao menor valor observado pela PNAD Contínua, o índice de Gini da renda domiciliar do trabalho subiu cerca de 0,514 no quarto trimestre de 2014 para 0,533 no mesmo trimestre de 2018. No caso da renda individual, o índice subiu de 0,495 para 0,509. No primeiro trimestre de 2019, o Gini da renda individual do trabalho recuou para 0,506 e da renda do trabalho domiciliar para 0,532.

GRÁFICO 26

Indicadores de desigualdade do rendimento habitual de todos os trabalhos – renda individual e domiciliar - Deflator Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda (Índice de Gini)



Fonte: Pnad Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Essa queda do Gini se deve ao maior aumento da renda das faixas intermediárias, pois a desigualdade entre os extremos da renda não apresentou diminuição. De forma mais concreta, enquanto que no quarto trimestre de 2014 a renda domiciliar do trabalho da faixa de renda alta era 27,8 vezes maior que a da faixa de renda muito baixa, no último trimestre de 2018, a renda domiciliar da faixa mais alta era 30,3 vezes maior, e permaneceu nesse patamar no primeiro trimestre de 2019. Cabe notar ainda, como mostra a tabela A.2 no apêndice, houve um aumento da proporção de domicílios sem renda do trabalho. Caso esses domicílios fossem considerados no cálculo do Gini, este teria se elevado de 0,644 para 0,647 no último trimestre.

Apêndice



A tabela A.1 descreve as faixas de renda utilizadas para a construção do Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda, que foram definidas de acordo com a renda domiciliar mensal, expressas a preços de janeiro de 2009, período de referência da Pesquisa de Orçamentos familiares (POF) 2008/2009. As duas primeiras faixas de renda captam domicílios de baixa renda, e as três seguintes captam domicílios de média-baixa, média e média-alta renda. A última faixa contém os domicílios de alta renda. Esses valores são atualizados por meio do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), e com isso se obtêm as faixas de renda domiciliar que são utilizadas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua. A tabela apresenta também as faixas de renda a preços de fevereiro de 2019, período de referência do último trimestre disponível da PNAD Contínua.

QUADRO A.1

Faixas de renda mensal domiciliar

(Em %)

Faixa de renda	Renda domiciliar (R\$ jan/2009)	Renda domiciliar (R\$ fev/2019)
Renda muito baixa	Menor que R\$ 900,00	Menor que R\$ 1.615,64
Renda baixa	Entre R\$ 900,00 e R\$ 1.350,00	Entre R\$ 1.615,64 e R\$ 2.418,20
Renda média-baixa	Entre R\$ 1.350,00 e R\$ 2.250,00	Entre R\$ 2.418,20 e R\$ 4.039,09
Renda média	Entre R\$ 2.250,00 e R\$ 4.500,00	Entre R\$ 4.039,09 e R\$ 8.078,17
Renda média-alta	Entre R\$ 4.500,00 e R\$ 9.000,00	Entre R\$ 8.078,17 e R\$ 16.156,35
Renda alta	Maior que R\$ 9.000,00	Maior que R\$ 16.156,35

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea.

A tabela A.2 mostra a distribuição de domicílios entre as faixas de renda para os primeiros trimestres de 2014, 2016, 2018 e 2019. Destaca-se um aumento dos domicílios que declararam não possuir renda do trabalho e dos domicílios de renda do trabalho muito baixa.

QUADRO A.2

Proporção de domicílios por faixas de renda (do trabalho)

(Em %)

Faixa de renda	1º tri 2014	1º tri 2016	1º tri 2018	1º tri 2019
Sem renda do trabalho	19,0	20,6	22,4	22,7
Renda muito baixa	29,3	28,9	29,6	29,8
Renda baixa	12,7	14,7	12,5	11,6
Renda média-baixa	18,3	16,3	15,8	17,1
Renda média	13,4	12,8	12,9	12,2
Renda média-alta	5,0	4,7	4,9	4,5
Renda alta	2,2	2,0	2,0	2,1

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

QUADRO A.3

Renda média individual por faixa de renda – Deflator Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda

(Em R\$ de fevereiro de 2019)



Trimestre	Renda média individual por faixa de renda					
	Renda muito baixa	Renda baixa	Renda média-baixa	Renda média	Renda média-alta	Renda alta
2012.1	790,01	1.238,32	1.574,16	2.491,59	4.916,10	12.544,14
2012.2	789,39	1.248,95	1.585,68	2.494,41	4.985,82	12.269,35
2012.3	793,97	1.236,42	1.576,97	2.486,87	4.929,92	12.673,08
2012.4	796,50	1.225,03	1.585,55	2.504,12	4.982,57	12.634,39
2013.1	802,01	1.253,08	1.614,83	2.522,00	5.038,35	12.797,97
2013.2	801,38	1.260,59	1.617,06	2.500,56	4.990,84	13.073,69
2013.3	808,45	1.253,94	1.619,79	2.495,48	4.945,18	12.689,21
2013.4	795,80	1.249,47	1.626,31	2.515,19	4.909,48	12.317,07
2014.1	861,12	1.277,71	1.715,27	2.565,09	5.098,22	12.771,95
2014.2	816,58	1.263,46	1.700,60	2.536,55	5.058,65	12.869,98
2014.3	794,82	1.262,25	1.685,48	2.537,93	5.018,08	12.913,99
2014.4	821,70	1.262,42	1.672,59	2.556,01	5.081,75	12.690,66
2015.1	828,32	1.266,92	1.678,80	2.550,70	5.097,92	13.002,76
2015.2	818,87	1.225,22	1.665,03	2.565,77	5.132,77	13.552,00
2015.3	808,49	1.317,52	1.618,64	2.564,77	5.135,22	13.269,68
2015.4	781,94	1.293,36	1.601,12	2.532,75	5.065,15	13.100,83
2016.1	789,01	1.289,61	1.644,78	2.585,66	5.223,89	13.155,36
2016.2	776,21	1.278,99	1.630,68	2.573,25	5.227,49	12.790,40
2016.3	773,31	1.279,51	1.644,38	2.548,71	5.206,65	12.768,43
2016.4	769,47	1.281,11	1.645,23	2.573,29	5.141,18	12.848,93
2017.1	783,37	1.308,47	1.641,93	2.574,22	5.145,22	12.936,47
2017.2	821,36	1.264,52	1.627,55	2.564,69	5.373,99	13.401,43
2017.3	820,97	1.255,34	1.630,93	2.555,97	5.318,59	13.443,42
2017.4	813,99	1.252,63	1.626,50	2.555,32	5.316,99	13.661,46
2018.1	820,62	1.281,85	1.642,78	2.578,91	5.281,24	13.338,28
2018.2	813,25	1.279,26	1.646,45	2.582,29	5.353,68	13.423,04
2018.3	796,70	1.253,98	1.621,02	2.569,35	5.246,93	13.848,92
2018.4	810,11	1.250,59	1.693,95	2.669,45	5.311,14	13.811,22
2019.1	816,15	1.278,02	1.708,85	2.673,96	5.371,59	13.978,62

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

QUADRO A.4

Renda média domiciliar por faixa de renda – Deflator Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda

(Em R\$ de fevereiro de 2019)



Trimestre	Renda média domiciliar por faixa de renda					
	Renda muito baixa	Renda baixa	Renda média-baixa	Renda média	Renda média-alta	Renda alta
2012.1	938,64	2.028,10	3.140,62	5.496,68	10.845,01	26.891,40
2012.2	934,17	2.028,32	3.158,19	5.503,52	10.859,52	26.675,32
2012.3	933,63	2.007,23	3.132,51	5.485,50	10.802,22	27.378,84
2012.4	937,49	1.999,04	3.104,40	5.464,13	10.919,58	27.378,36
2013.1	936,15	2.005,34	3.130,82	5.446,07	10.853,71	27.159,53
2013.2	933,70	1.998,83	3.119,83	5.431,29	10.802,80	27.916,49
2013.3	940,35	1.986,45	3.105,88	5.402,11	10.767,66	26.870,83
2013.4	927,82	1.964,66	3.089,16	5.417,29	10.733,59	26.221,67
2014.1	993,10	2.058,91	3.202,21	5.661,51	11.164,11	27.150,13
2014.2	955,05	2.032,51	3.161,74	5.588,99	11.028,01	27.370,31
2014.3	938,61	2.019,69	3.144,98	5.563,81	10.979,12	27.017,38
2014.4	957,06	2.000,66	3.127,55	5.562,12	10.975,65	26.510,31
2015.1	952,54	1.976,16	3.101,30	5.517,15	10.790,86	26.838,44
2015.2	942,26	1.969,97	3.064,43	5.496,92	10.915,52	27.585,12
2015.3	937,13	2.021,46	3.140,20	5.448,72	10.817,06	27.024,32
2015.4	913,04	1.985,60	3.101,47	5.404,12	10.708,53	26.840,23
2016.1	916,56	1.983,10	3.116,93	5.501,56	10.890,70	27.158,43
2016.2	906,75	1.959,36	3.099,09	5.478,74	10.875,60	26.515,52
2016.3	895,42	1.955,90	3.107,02	5.435,92	10.828,75	25.680,01
2016.4	892,73	1.954,71	3.110,33	5.465,71	10.781,09	26.378,36
2017.1	899,40	1.952,94	3.090,75	5.428,75	10.706,86	26.065,00
2017.2	949,17	2.008,31	3.076,59	5.434,73	11.067,69	27.874,40
2017.3	948,18	2.012,99	3.077,80	5.414,32	11.031,38	27.971,47
2017.4	945,54	1.998,95	3.082,62	5.432,51	10.980,01	28.392,81
2018.1	947,30	2.017,74	3.088,99	5.407,42	10.850,30	27.902,86
2018.2	946,09	2.010,04	3.094,68	5.436,84	10.854,62	28.054,62
2018.3	929,86	1.985,45	3.066,91	5.401,90	10.700,67	28.462,42
2018.4	948,12	2.007,96	3.148,14	5.701,01	11.234,37	28.625,37
2019.1	948,25	2.026,68	3.162,11	5.693,03	11.173,76	28.594,70

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

QUADRO A.5

Taxa de Desocupação por Unidades da Federação

(Em %)

UF	3º T. 2014	4º T. 2014	1º T. 2015	2º T. 2015	3º T. 2015	4º T. 2015	1º T. 2016	2º T. 2016	3º T. 2016	4º T. 2016	1º T. 2017	2º T. 2017	3º T. 2017	4º T. 2017	1º T. 2018	2º T. 2018	3º T. 2018	4º T. 2018	1º T. 2019
Rondônia	4,11	3,58	4,4	4,92	6,68	6,33	7,49	7,76	8,44	7,82	8,04	8,93	8,07	7,65	10,38	8,16	8,58	8,94	8,93
Acre	6,96	6,18	8,72	8,72	8,76	7,65	8,68	11,02	12,08	11,67	15,9	14,91	13,54	12,19	14,44	13,55	13,1	13,13	18,03
Amazonas	6,72	7,71	9,36	9,46	10,05	9,09	12,70	13,21	13,57	14,83	17,71	15,47	16	13,48	13,89	14,18	13,1	14,38	15,92
Roraima	6,27	6,31	8,9	7,77	9,3	8,07	8,27	7,98	9,71	9,22	10,34	10,84	8,91	9,35	10,31	11,22	13,48	14,02	14,99
Pará	7,18	6,98	9,17	8,94	8,42	8,61	10,03	10,86	10,96	12,67	13,81	11,39	11,12	10,65	12,18	11,18	10,9	10,18	11,49
Amapá	10,57	9,52	9,63	10,11	11,71	12,69	14,26	15,8	14,86	16,75	18,48	17,1	16,56	18,76	21,47	21,27	18,29	19,64	20,17
Tocantins	7,53	6,35	8,73	7,63	9,2	9,02	10,69	11,18	10,75	13,07	12,61	11,71	11,82	10,47	11,03	11,32	9,75	10,39	12,35
Maranhão	6,69	7,03	8,92	8,78	8,45	8,22	10,83	11,81	11,87	12,95	14,97	14,61	14,38	13,29	15,61	14,33	13,75	14,06	16,29
Piauí	6,10	5,93	7,7	7,66	7,63	7,18	9,56	9,88	9,38	8,83	12,58	13,52	12,03	13,28	13,17	13,33	12,31	12,26	12,71
Ceará	7,41	6,58	7,98	8,81	9,54	9,01	10,77	11,45	13,06	12,41	14,25	13,24	11,77	11,05	12,85	11,71	10,64	10,08	11,42
Rio Grande do Norte	10,54	10,36	11,48	11,57	12,65	12,16	14,35	13,47	14,12	14,67	16,33	15,62	13,7	12,25	14,91	13,14	12,78	13,4	13,84
Paraíba	9,21	8,07	9,15	9,07	10,3	9,51	10,03	10,7	12,77	11,94	13,21	11,43	10,78	10,05	11,73	10,95	10,75	10,97	11,09
Pernambuco	8,31	7,59	8,16	9,07	11,2	11,02	13,27	13,96	15,33	15,61	17,1	18,85	17,9	16,84	17,74	16,89	16,72	15,45	16,09
Alagoas	9,72	9,38	11,07	11,7	10,68	11,3	12,80	13,92	14,76	14,75	17,5	17,82	15,87	15,51	17,7	17,31	17,08	15,91	15,98
Sergipe	9,04	8,91	8,61	9,05	8,59	9,92	11,25	12,64	14,24	14,97	16,08	14,08	13,6	13,44	17,09	16,83	17,49	14,98	15,45
Bahia	9,74	9,74	11,31	12,72	12,83	12,18	15,52	15,38	15,91	16,64	18,56	17,48	16,69	14,99	17,94	16,51	16,16	17,38	18,3
Minas Gerais	6,85	6,24	8,24	7,85	8,63	9,29	11,15	10,93	11,2	11,11	13,67	12,17	12,28	10,64	12,62	10,79	9,73	9,65	11,16
Espírito Santo	5,79	6,05	6,92	6,62	8,15	9,07	11,05	11,5	12,72	13,6	14,45	13,35	12,99	11,6	12,52	12,03	11,23	10,18	12,14
Rio de Janeiro	6,13	5,78	6,55	7,2	8,23	8,53	10,01	11,38	12,11	13,44	14,51	15,65	14,48	15,07	15,04	15,37	14,58	14,81	15,29
São Paulo	7,22	7,08	8,45	8,99	9,57	10,12	11,96	12,18	12,78	12,41	14,23	13,5	13,24	12,71	13,95	13,64	13,09	12,42	13,48
Paraná	4,07	3,70	5,31	6,15	6,13	5,79	8,06	8,19	8,49	8,05	10,33	8,91	8,46	8,27	9,6	9,06	8,61	7,81	8,88
Santa Catarina	2,89	2,66	3,87	3,91	4,35	4,18	5,99	6,66	6,36	6,16	7,87	7,51	6,74	6,35	6,52	6,48	6,18	6,36	7,21
Rio Grande do Sul	5,17	4,50	5,63	5,88	6,85	6,51	7,48	8,72	8,24	8,25	9,14	8,42	8,05	7,98	8,51	8,32	8,17	7,43	7,99
Mato Grosso do Sul	4,03	3,77	6,1	6,22	6,27	5,93	7,78	6,97	7,66	8,16	9,78	8,86	7,91	7,3	8,45	7,55	7,19	6,98	9,49
Mato Grosso	3,74	3,97	5,65	6,16	6,62	5,66	9,09	9,8	8,95	9,49	10,47	8,62	9,38	7,33	9,28	8,51	6,72	6,89	9,12
Goiás	5,14	5,03	6,96	7,34	7,2	7,69	9,95	10,15	10,47	11,2	12,69	11,03	9,25	9,36	10,25	9,47	8,92	8,19	10,66
Distrito Federal	8,86	8,71	10,78	9,63	10,26	9,7	11,20	10,93	12	13,87	14,12	13,15	12,33	13,24	14,01	12,21	12,64	12,07	14,08

Fonte: IBGE/PNADC.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac)

José Ronaldo de Castro Souza Júnior – Diretor
Francisco Eduardo de Luna e Almeida Santos – Diretor Adjunto



Grupo de Conjuntura

Equipe Técnica:

Estêvão Kopschitz Xavier Bastos
Leonardo Mello de Carvalho
Marcelo Nonnenberg
Maria Andréia Parente Lameiras
Mônica Mora Y Araujo de Couto e Silva Pessoa
Paulo Mansur Levy
Sandro Sacchet de Carvalho

Equipe de Assistentes:

Adriana Cabrera Baca
Ana Cecília Kreter
Augusto Lopes dos Santos Borges
Felipe dos Santos Martins
Felipe Simplicio Ferreira
Janine Pessanha de Carvalho
Leonardo Simão Lago Alvite
Matheus Rabelo de Souza
Pedro Mendes Garcia

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.